

## **MINAS GERAIS E O CONGRESSO AGRÍCOLA DE 1878: DEMANDAS, TEMORES E PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES RURAIS MINEIROS**

André Luciano Simão<sup>1</sup>

O trabalho pretende analisar a participação dos representantes do Estado de Minas Gerais no *Congresso Agrícola* de 1878. Tal evento organizado pelo governo imperial, o primeiro do gênero e que obteve repercussão nacional, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro em julho de 1878 e reuniu agricultores das principais regiões brasileiras produtoras de café: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. A razão da convocação de um Congresso Agrícola a realizar-se na sede do Império foi, segundo representantes do governo, encontrar formas de auxiliar a lavoura “do país” e impulsionar seu desenvolvimento. Isto seria feito através de um questionário a ser respondido pelo conjunto dos participantes.

Os documentos da reunião do Rio de Janeiro se apresentam como fonte rica para compreensão do discurso de uma classe, os produtores de café, frente à situação do Sudeste, e de todo o país, em período de grandes mudanças econômicas, políticas e sociais – transição para o trabalho livre, crise fiscal do Estado, ameaça de transição política, etc. Através das atas do *Congresso* percebe-se como os agentes do principal centro de acumulação do país compreendiam os problemas gerados por tais mudanças e apontavam soluções, muitas delas adotadas pelo governo, de modo a preservar seus interesses; soluções que conduziram à aceleração da transição capitalista no centro hegemônico do país. Percebe-se também como os setores mais atrasados no processo de desenvolvimento econômico, e numa situação de crise da sua lavoura, percebiam as transformações que vinham modificando o país e como, dentro de suas possibilidades limitadas, procuraram impor sua direção à mudança. Dentre os 76 discursos do evento, em pelo menos 17 há a contribuição dos representantes mineiros; é de grande relevância procurar compreender melhor como foi e qual o conteúdo da contribuição de Minas Gerais em evento que se destacou por apresentar as idéias da elite política e econômica do país em momento crucial para os rumos que o mesmo tomaria. A reflexão sobre a atuação mineira se dará através de breve reconstrução histórica do período que possibilite a compreensão dos dados obtidos pela leitura atenta dos documentos.

**Palavras-chave:** pensamento social e econômico; congresso agrícola; história econômica

## Introdução

O Congresso Agrícola foi organizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 8 e 12 de julho de 1878, nos quais foram realizadas cinco sessões. Participaram do evento aproximadamente 400 pessoas, sendo que 278 assinaram o livro de presença e 121 inscreveram-se sem assinar o livro, porém, o número dos envolvidos de algum modo com a reunião foi certamente maior, visto que muitos dos presentes representavam associações ou grupos de fazendeiros de vários municípios. O número dos presentes em cada dia da reunião variou, no primeiro dia, por exemplo, havia 279 lavradores reunidos, excluindo-se os representantes do governo, nos demais dias não houve uma contagem exata. Do conjunto de textos e discursos, 78 com conteúdo expressivo, em 17 fica clara a participação dos agricultores mineiros representando apenas a região ou em conjunto com participantes de outros estados.

O evento convocado pelo governo imperial reuniu agricultores das principais regiões produtoras de café: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A razão da convocação de um Congresso Agrícola a realizar-se na sede do Império foi, segundo representantes do governo, encontrar formas de auxiliar a lavoura “do país” e impulsionar seu desenvolvimento. Isto seria feito através de um questionário entregue aos organizadores do evento e a ser respondido pelo conjunto dos congressistas; tal resposta deveria procurar conter a totalidade das soluções desejadas pelos fazendeiros “brasileiros” como forma de auxílio à lavoura “nacional”. O evento restringia-se à região Sudeste, pois, segundo seus organizadores, proposta similar de proporções nacionais mostrava-se inviável; argumentavam também que, apesar da restrição às demais regiões, as províncias participantes poderiam representar com eficácia o conjunto do país. Deve-se registrar que em protesto à reunião organizada pelo Estado, da qual estava excluída a participação das demais províncias do país, fazendeiros nordestinos resolveram, por iniciativa particular, convocar evento semelhante a ser realizado na cidade do Recife, do qual participariam representantes da lavoura local.

São várias as razões para se realizar uma análise Congresso Agrícola de 1878. O evento do Rio de Janeiro se apresenta como fonte rica para compreensão do discurso de uma classe, os produtores de café, frente à situação não apenas do Sudeste, mas à própria situação nacional em período de grandes mudanças no país. Por ele percebe-se como os agentes do principal centro de acumulação do país – portanto, centro dinâmico da transição capitalista e

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do curso de Ciências Sociais na Universidade Vale do Rio Doce (Univale) em Governador Valadares – MG, Mestre em Sociologia pela Unicamp.

onde, deste modo, se desenvolviam mais rapidamente as relações capitalistas – compreendiam os problemas gerados por tais mudanças e apontavam soluções, muitas delas adotadas pelo governo, de modo a preservar seus interesses; soluções que conduziram à aceleração da transição capitalista no centro hegemônico do país. Pode-se perceber, também, e isto nos interessa especialmente, como os setores mais atrasados no processo de desenvolvimento econômico – como é o caso de Minas Gerais –, e numa situação de crise da sua lavoura, percebiam as transformações que vinham modificando o país e como, dentro de suas possibilidades limitadas, procuraram impor sua direção à mudança.

O exame dos discursos e textos apresentados no evento permite o levantamento das representações, sobre o país e seu papel na política, dos atores participantes do mesmo, além de ressaltar o modo pelo qual seus pontos de vista se inseriram, e até certo ponto foram representativos, no quadro de profundas mudanças da sociedade brasileira; mais ainda, como procuram adaptar, e mesmo impor, seus interesses a estas metamorfoses e qual sua reação frente ao processo. Tais representações nos fornecem ótimo exemplo do pensamento conservador/reformista, o qual, entende-se, ditará o rumo dos acontecimentos.

O evento carioca, assim como seu par nordestino, devido às condições sob as quais foi organizado e realizado, é muito peculiar para análise do pensamento social do final do século XIX, principalmente frente às idéias geralmente propagadas em livros e mesmo no Parlamento brasileiro do momento. Sendo compostos por agricultores, principal classe econômica, fonte de riqueza do país e fornecedora de parcela elevada da elite dirigente no governo, é natural a força política resultante das idéias propagadas nas mesmas; certamente as propostas dos congressistas tiveram grande influência nas decisões do governo. Como o momento era de crise para quase toda a lavoura, pois a transição para o trabalho livre mostrava-se próxima e inevitável, as formas de apropriação territorial e a situação da propriedade das terras estavam sendo questionadas, etc., os fazendeiros presentes aos eventos, muitos deles homens letrados, apresentaram sugestões extremamente práticas para o governo, principalmente no sentido de manutenção da ordem social e política.

O teor pragmático das idéias dos fazendeiros é muito interessante, pois vai contra a tendência geral do discurso ideológico no país. Como nos mostra Roberto Schwarz (1981), na vida pública da elite brasileira durante o século XIX era de bom tom ostentar idéias liberais, estas serviriam para dar lustre às pessoas e às palavras<sup>2</sup>, embora viessem a forçar

---

<sup>2</sup> Sabe-se que a discussão não se resume a este aspecto, muitos autores demonstram como as idéias liberais eram mesmo uma imposição de seu tempo e, por outro lado, um instrumento de argumentação contra as tentativas de intervenção de países europeus nos assuntos nacionais.

soluções conservadoras. Desta forma, a necessidade da ocasião forçaria os agricultores a revelarem suas “verdadeiras” concepções acerca da realidade brasileira e dos rumos que desejavam dar a ela, servindo de excelente contraponto às idéias liberais e fornecendo bom quadro do pensamento reformista do final do século XIX.

A lista de perguntas apresentada pelo governo aos participantes do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro como forma de facilitar o trabalho dos congressistas, assim como de conduzir a direção das discussões, retrata tanto os principais problemas enfrentados pela lavoura brasileira no período quanto os interesses em jogo: I) Quais as necessidades mais urgentes e imediatas da grande lavoura?; II) É muito sensível a falta de braços para manter ou melhorar e desenvolver os atuais estabelecimentos da grande lavoura?; III) Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir esta falta?; IV) Poder-se-á esperar que os ingênuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quais os meios para reorganizar o trabalho agrícola?; V) A grande lavoura sente carência de capitais? No caso afirmativo, é devido este fato a falta absoluta deles no país, ou à depressão do crédito agrícola?; VI) Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convém criar estabelecimentos especiais? Como fundá-los?; VII) Na lavoura tem-se introduzido melhoramentos? Quais? Há urgência de outros? Como realizá-los? As principais necessidades da lavoura no momento, como se vê, eram capitais e mão-dobra.

### **A reorganização do trabalho: transição para o trabalho livre**

Em 1807 a Inglaterra aboliu o tráfico de escravos para suas colônias. Começava nesta data a pressão inglesa para o fim do tráfico em todo mundo, inclusive no Brasil. Os interesses ingleses para a supressão mundial do comércio de almas não representavam razões humanitárias, ao menos, não unicamente. Existiram razões econômicas de três ordens para essa pressão: a) após privar os produtores de açúcar das Antilhas Britânicas de seu fornecimento regular de cativos, o governo inglês precisava colocá-los em condições de disputar no mercado mundial sem desvantagens frente aos produtores brasileiros e cubanos; b) havia o interesse inglês, e do capitalismo europeu em consolidação e expansão, no desenvolvimento de um mercado consumidor não apenas na América e Ásia, como também na África (e nos africanos), logo, a escravidão já era, neste momento, um obstáculo ao desenvolvimento do comércio inglês; e, principalmente, c) no início do século XIX a industrialização inglesa nascente lançara a produção maquinofatureira a níveis muito altos e exigia, desde então, o fim dos monopólios coloniais com a finalidade de dominar os mercados

ultramarinos, isso porque os domínios metropolitanos impunham fortes restrições ao aumento do consumo por elevarem onerosamente o preço dos produtos.

Dentro deste quadro, a Revolução Industrial inglesa exigia a abertura dos mercados consumidores ultramarinos; isto ao mesmo tempo em que as metrópoles Ibéricas procuravam reforçar, e retomar, seu controle sobre as colônias, impedindo a entrada de produtos ingleses. “O resultado dessa coincidência de tendências divergentes tinha necessariamente de fazer com que os interesses do industrialismo inglês se orientassem no sentido de ruptura do pacto colonial, removendo-se o intermediário das metrópoles” (NOVAIS, 1979, P. 122). Dilacerar a base que sustentava o pacto e a economia colonial, qual seja, o tráfico de escravos, foi a fórmula encontrada pelos ingleses para romper com os mesmos; com isso atingia-se o sustentáculo do sistema produtivo colonial.

Em 1850, entretanto, as pressões inglesas já não tinham o objetivo, anteriormente central, de romper com o pacto colonial, pois este não mais existia. Tais pressões visavam sobretudo aumentar o mercado consumidor de seus produtos nas Américas. Somente após quatro décadas de resistência às investidas britânicas, atendendo também a outros interesses, o governo brasileiro proibiria a entrada de novos escravos no país, contrariando, internamente, grande parte do setor economicamente dominante que naquele momento sustentava o Estado, mas atendendo a uma exigência do desenvolvimento do capitalismo europeu, do qual a Inglaterra era, então, a grande representante; “com a soberania nacional ameaçada, a extinção do tráfico significou a superação dos conflitos internacionais que podiam, num certo sentido, perturbar o processo de consolidação e fortalecimento do poder central” (NEDER, 1979, p. 45). O Estado muitas vezes, em defesa da elite dominante, foi de encontro a alguns interesses dos senhores de escravos, justamente com o intuito de preservar seu caráter escravista e a instituição da escravidão. Desta forma, deve-se entender a Lei Eusébio – e, em outras circunstâncias, as demais leis abolicionistas – como uma concessão necessária para preservar o escravismo, evitando um conflito maior com a Inglaterra e com os interesses abolicionistas. Estas leis serviram somente para atenuar as pressões externas e/ou internas e, deste modo, reforçar a escravidão.

Era a uns poucos e alguns mais [introdutores de escravos vindos da África] que competia reprimir, neste momento, para que, de modo até certo ponto contraditório, a escravidão pudesse continuar, livre das ameaças britânicas e de perda das propriedades [devido às dívidas com compra de escravos] e enfraquecendo as insurreições negras [pelo seu aumento excessivo]. Dizendo de outra maneira, tentava-se eliminar a extraterritorialidade do mercado de trabalho como condição para a preservação do mundo do trabalho (MATTOS, 1987, p. 226).

O governo procurou preservar a escravidão ao impedir o tráfico externo, com isto internalizou o mesmo criando fluxos de comércio escravo entre as regiões Norte e Sul do país.

O fim da importação de escravos africanos significou, no momento, e todos então estavam cientes deste fato, o fim do trabalho escravo num futuro próximo. O término da escravidão só não ocorreu antes, entre outros motivos, por que havia reserva de cativos criada pela intensificação do tráfico, impulsionada pelo fim inevitável do mesmo, durante a segunda metade da década de 20 e toda a década de 40. Mesmo assim, estava colocada para a elite dominante a questão de como organizar a transição para o trabalho livre de forma a desestabilizar minimamente a produção e a situação social vigente. A solução encontrada foi realizar uma transição lenta e gradual na qual, conforme a região, seriam utilizados como trabalhador livre ora o imigrante, ora o nacional e ora o liberto ou o ex-escravo. Tal transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi conduzida em função da relação entre regularização da propriedade da terra e imigração, refletindo as idéias da fração dominante abrigada no partido conservador, a elite Saquarema. Foram os membros desta elite que determinaram a concepção dominante no governo durante a segunda metade do século, definindo as atitudes a serem tomadas em relação à transição do trabalho. “A visão Saquarema consistia, do ponto de vista da substituição do trabalho escravo, num gradualismo, que levaria a natural extinção do escravismo pelos efeitos da Lei Eusébio. Na prática esta concepção se expressou na estratégia de emancipação gradual, uma forma de ajustar a manutenção da escravidão aos anseios emancipacionistas de parcelas cada vez maiores da população” (SILVA, 1996, p. 197).

### **Transição do trabalho: soluções diversas**

A Lei Eusébio de Queiroz obrigou governo e elites agrárias a encontrarem encaminhamento para o fim inevitável da escravidão. Antes de apontar exemplos concretos de soluções dadas à transição para o trabalho livre é preciso esclarecer que esta se deu de modos diversos para cada situação regional; não existe um processo único de transição para todo o território nacional e sim um projeto do governo federal, o qual não foi, necessariamente, adotado pelas diversas regiões. Este projeto será muito criticado por parcela dos participantes do Congresso, pois verão nele um meio de favorecimento de São Paulo em detrimento das demais regiões do país, alegando, inclusive, que recursos de todas as províncias estariam sendo postos à disposição das regiões cafeeiras para um propósito desnecessário – a imigração –, pois haveria mão-de-obra abundante no país. São constantes as críticas à forma como vinha sendo conduzida a imigração, isto é, com intervenção direta do Estado e

acarretando gastos públicos; neste caso, apesar de tida como necessária pela maioria dos representantes mineiros, era vista como responsabilidade dos particulares que dela necessitassem.

De modo geral, a aceitação de uma transição entre o escravismo e o trabalho livre que elegesse o imigrante europeu como opção, era consensual entre fazendeiros e governantes. Com ele promover-se-ia o branqueamento da população, povoar-se-ia e colonizar-se-ia o território brasileiro e desenvolver-se-ia técnica e culturalmente o país. O imigrante europeu seria o portador da civilização e assim a imigração européia tornava-se um projeto de nação. Do mesmo modo, havia consenso quanto às demais opções para trabalhadores livres: os nacionais eram ociosos, vagabundos e instáveis no trabalho; os libertos, e no futuro os ingênuos, não se adaptariam ao trabalho livre e às relações contratuais, a não ser quando recebessem educação prévia para o mesmo; os chineses, apesar de tidos como bons trabalhadores, submissos e adaptáveis a condições adversas, eram vistos como degenerados e portadores do perigo de mongolização do país.

Portanto, se as 'qualidades intrínsecas' a cada tipo de trabalhador são consensuais, a polêmica gira em torno de qual dos problemas colocados por estes distintos trabalhadores vale a pena ser enfrentado no sentido de constituir um mercado de trabalho livre. Ou seja, as discussões [acerca do caminho a ser adotado] revelam as necessidades de adaptação e mudanças na sociedade brasileira que caminha, inevitavelmente, para o mundo do trabalho livre. O que se discute é qual a forma de transição, qual o caminho a ser trilhado (...) Através das diferentes propostas de organização do trabalho e da utilização de tal ou qual trabalhador, percebe-se a existência de projetos conflitantes que estão diretamente associados às características regionais, à sua capacidade de transição ao mundo do trabalho livre e à dinâmica da transição capitalista em curso (LANNA, 1988, p. 64).

### **O imigrante europeu**

Sabe-se que nas primeiras décadas do século XIX o fim do tráfico era tido como certo; uma vez que neste período não havia qualquer espécie de reserva de mão-de-obra no país e pensava-se nas terras desocupadas como um obstáculo ao aproveitamento do trabalhador nacional, restava aos grandes fazendeiros a alternativa do imigrante. Frente às pressões inglesas, e prevendo possíveis dificuldades para o trabalho escravo, alguns fazendeiros mais previdentes passaram a trazer colonos e experimentar o uso do trabalho livre antes mesmo do fim do tráfico.

As primeiras tentativas mais persistentes com o trabalho do estrangeiro começaram a ocorrer na década de 40, principalmente em São Paulo. No início, o sistema de parceria foi adotado nas propriedades paulistas como a melhor opção por ambas as partes, pois havia consenso entre fazendeiros e colonos como sendo esta a forma mais proveitosa de

organização do trabalho. Pelo sistema de parceria o trabalhador recebia uma porcentagem dos lucros conseguidos com a venda do café colhido por ele, em geral 50%.

O imigrante, deste modo, em princípio optou pela parceria esperando grandes lucros a serem obtidos com os 50% da produção de café sob sua responsabilidade. A alta cotação do produto no mercado internacional certamente influenciou sua decisão. Na prática, entretanto, os ganhos representaram bem menos que os 50% de lucro imaginado, pois o problema não estava nos contratos, mas na forma como eram cumpridos: os colonos questionavam os cálculos dos fazendeiros para os ganhos com o café produzido, a taxa de comissão cobrada e até mesmo a forma como era feita a divisão dos lucros decorrentes da venda do café. Além dos abusos na manipulação das contas, existia a taxa de câmbio desfavorável usada para conversão da dívida do colono para moeda local, as quantias exorbitantes cobradas pelo transporte de Santos até as fazendas, as péssimas condições de existência oferecidas, etc. Não bastassem esses fatos, oferecia-se ao colono a ilusão de que as dívidas poderiam ser pagas rapidamente e também que facilmente acumulariam capitais para promover sua independência comprando sua própria terra, quando, na verdade, as dívidas só aumentavam e, em geral, apenas após o terceiro ano de trabalho o colono podia esperar guardar algum dinheiro, não muito.

Com as deficiências apresentadas, após 1857 o sistema de parceria foi gradativamente abandonado na província de São Paulo. O trabalho livre, no entanto, não foi completamente descartado; a parceria foi aos poucos sendo substituída por um contrato de locação de serviços. Por este, o colono recebia uma soma fixa preestabelecida por cada quantia determinada de café produzido; esperava-se que desta vez os trabalhadores se sentissem incentivados a aumentar a produção de café como forma de aumentar seus ganhos. Além disso, em geral, os colonos deixaram de repartir sua produção de alimentos com o proprietário, mas em compensação, as áreas para este tipo de plantio passaram a ser previamente estipuladas e/ou cobrado um aluguel por elas como forma de conter a dedicação excessiva dos colonos a estes serviços.

Esta nova fórmula encontrada para o uso do trabalho livre como forma de aumentar a produtividade, no entanto, não deu os resultados esperados; isso por duas razões principais: a) o problema inicial da dívida do colono não havia sido resolvido; e b) como recebiam pelas quantias de café colhido e nada mais, os imigrantes esforçavam-se apenas nas épocas de colheita, uma vez esta terminada negligenciavam completamente os cafezais deixando de lado a manutenção dos arbustos e acarretando diversos gastos e perdas futuras aos proprietários. Houve casos em que se procurou aplicar aos estrangeiros os regulamentos



da lei de locação de serviços 1837, que fora criada para regular relações de trabalho livre entre fazendeiros e trabalhadores nacionais e continha diversos dispositivos de punição e coerção do trabalhador que desrespeitasse os contratos de serviço. Contudo, a possibilidade de prisão dos colonos não significava qualquer espécie de retorno financeiro para o fazendeiro, pois presos os mesmos não poderiam trabalhar para pagar suas dívidas, sendo a medida logo descartada como solução. Por fim, “já bastante sobrecarregados pelas suas dívidas iniciais, os imigrantes continuaram a trabalhar pouco no cultivo de café e se tornaram cada vez mais incômodos” (LANNA, 1988, p. 99).

Com a possibilidade e propensão de uso do trabalho livre cada vez mais afastada, os fazendeiros começaram a apostar exclusivamente no trabalho escravo, mesmo sabendo que se tratava de solução temporária. Com efeito, a mão-de-obra escrava não pôde suprir a demanda por braços durante muito tempo, e mesmo os trabalhadores nacionais não poderiam fazer frente ao crescimento da produção cafeeira. Sendo assim, já no início da década de 80 fazendeiros paulistas novamente apostaram na utilização dos estrangeiros, desta vez acreditando em um novo sistema de organização do trabalho, o colonato, sistema misto de remuneração por tarefas e por peças que perduraria até meados da segunda década do século XX. Por este método pagava-se ao colono um salário anual para a manutenção do cafezal e pagava-se a colheita por medida de café colhido.

Pagando-se um preço estipulado e separado pela carpa – uma espécie de salário mínimo fixo – o que garantiria ao trabalhador uma renda estável e independente do café produzido, podia-se esperar que eles não descuidassem dos cafezais fora da época de colheita. Além disso, neste novo contrato, parte da remuneração dos trabalhadores dependia diretamente do número de cafeeiros cuidados e não mais da sua produção e, por isso, acreditava-se que eles se sentiriam estimulados a cultivar um maior número de arbustos (...) e, por último, os custos de trabalho por unidade poderiam ser reduzidos mediante a intensificação das atividades pela família dos imigrantes nos momentos de maior demanda por braços (LANNA, 1988, p. 100).

A grande vantagem observada no sistema é o fato de que a produtividade da plantação dependia diretamente da manutenção correta do cafezal; portanto, cuidando corretamente dos arbustos, os colonos podiam esperar maiores receitas da colheita.

Outro problema enfrentado com o trabalho livre era o baixo número de braços (nacionais, libertos e colonos) para um grande número de vagas encarecendo em demasia os salários. A única solução para diminuir os salários estava em aumentar a oferta de mão-de-obra e é neste contexto que o governo decide, após 1884, ao invés de procurar coagir diretamente os trabalhadores e discipliná-los através de leis – como foi proposto quase unanimemente no Congresso –, inundar o mercado de trabalhadores promovendo a imigração

subvencionada. Deste modo, com o governo de São Paulo cuidando de todas as necessidades dos imigrantes até que os mesmos estivessem efetivamente empregados, são introduzidos, até maio de 1887, entre 60.000 e 70.000 imigrantes na província.

### **Trabalho livre como última opção**

Não há melhor modo de apresentar a transição para o trabalho livre somente quando inevitável, isto é, após a abolição, como no exemplo da zona da mata mineira: região modelo de como se deu esta transição. Ao contrário de outras regiões do país em Minas a imigração com finalidade de fornecer trabalhadores para os fazendeiros, mesmo que de forma experimental, praticamente não ocorreu. Nesta província os poucos imigrantes trazidos ou foram assentados na condição de pequenos proprietários ou foram utilizados como mão-de-obra qualificada nas grandes cidades e centros fabris. Ana L. Lanna (1988) aponta algumas razões para que a imigração não tenha ocorrido em Minas Gerais: a) concorrência na atração de imigrantes com São Paulo, não era possível aos produtores mineiros competir com os salários pagos pelos seus vizinhos paulistas; b) falta de experiências anteriores com o trabalho livre; e c) grande população (a maior do país) somada a impossibilidade de expansão da fronteira agrícola. Deste modo, a transição para o trabalho livre em Minas ocorreu com a utilização do elemento nativo.

A zona da mata começou a ser ocupada por grandes produtores na década de 50 com a finalidade de produção de café em larga escala para exportação. A organização da produção na região seguiu os mesmos padrões do Vale do Ribeira, ou seja, a mão-de-obra fundamental era a escrava e a produção extensiva e predatória. Os produtores de café mineiros não tiveram problemas em obter escravos já que Minas era a província onde a concentração de cativos, no momento, era a maior do país, resultado do período de mineração.

Em princípio, os valores de café exportados por Minas são praticamente os mesmos do oeste paulista, no entanto, já em meados da década de 80 São Paulo toma a dianteira na produção. A principal razão para este distanciamento entre os valores produzidos pelas duas regiões é a existência de uma fronteira agrícola de expansão em São Paulo, onde a possibilidade de incorporação de terras de qualidade era muito grande. Em Minas a faixa de produção restringia-se à zona da mata já totalmente ocupada e utilizada.

Com uma produção em início estável para depois entrar em declínio, os produtores mineiros puderam manter a produção utilizando apenas o elemento cativo; não precisando recorrer nem mesmo aos nacionais livres ou libertos. Sendo assim, a proposta de Minas para a mudança era de uma transição gradual com a utilização posterior do liberto,

conforme o projeto definido em 1871 com a Lei do Ventre Livre. A única preocupação no sentido de mudança estava na possível incorporação do trabalhador nacional e, portanto, na aprovação de medidas que visassem seu aproveitamento. Deste modo, até o momento da abolição, a região da mata mineira, em geral, não conheceu o trabalho livre.

Como não haviam tomado medidas concretas para a utilização do trabalho livre, os fazendeiros mineiros foram tomados por grande temor frente à abolição. Imaginavam que os libertos fossem abandonar as fazendas onde haviam conhecido a escravidão. A realidade, no entanto, apesar de uma euforia momentânea por parte dos recém libertos, mostrou que as condições de sobrevivência para estes homens seriam muito duras. “As cidades mineiras não comportariam 300.000 ‘carregadores de móveis na cabeça’. A agricultura é a maior indústria nacional. A par disso, a abolição, ‘lei redentora’, não trouxe consigo nenhum esquema alternativo para a sobrevivência dos ex-escravos e aparentemente não estava preocupada com isto” (LANNA, 1988, p. 76). Não restava outra opção para grande parte da população recém liberta a não ser se submeter ao serviço nas grandes fazendas. Em Minas seria este trabalhador nativo – nacional e libertos – a força fundamental na constituição do mercado de trabalho.

É certo que as lutas em massa, no decorrer das lutas abolicionistas, e o deslumbramento da liberdade com a Abolição do cativo incentivaram deslocamentos maciços de escravos e libertos. Todavia, em todos os episódios deste tipo logo se fazia sentir o influxo de reguladores econômicos, que compeliavam o ‘negro’ a desenvolver ajustamentos que o reintegravam, como ‘pequeno empreendedor’, ‘artesão’, ‘assalariado’, dependente’ ou ‘produtor auto-suficiente’, ao sistema de produção agrícola (FERNANDES, 1978, p. 38-9).

“A parceria, basicamente na forma de meação, foi adotada na quase totalidade dos municípios da Zona da Mata após a abolição. Se as condições de cultivo e beneficiamento do café não sofreram grandes alterações em 88, as relações de trabalho mudaram radicalmente com a abolição” (LANNA, 1988, p. 86). Ao parceiro cabia cuidar do cafezal e entregar o café colhido ao proprietário recebendo metade dos lucros obtidos com este serviço; além disso, era-lhe permitido plantar cereais (e outros alimentos) entre as fileiras de café ou em terrenos sem uso. Assim como ocorrera no passado em São Paulo, o grande problema dos fazendeiros mineiros com o sistema era o maior dispêndio de trabalho que o parceiro tendia a ter com a cultura de cereais em detrimento dos cafezais, já que os lucros com o café eram incertos. No entanto, a parceria apresentava a vantagem de garantir a permanência do trabalhador na propriedade, permanência a qual, em outros casos, mostrou-se difícil de ocorrer: os salários oferecidos na região, por exemplo, não atraíam trabalhadores pois não eram capazes de competir com os salários pagos em São Paulo, que funcionava como pólo de atração de

trabalhadores. Além disso, como os parceiros produziam seu próprio alimento, isso representou contenção de gastos para os fazendeiros.

Pode-se perceber que braços não faltavam na região de Minas, o problema estava em tornar viável e estável a utilização dos mesmos. “É neste sentido que podemos entender no discurso dos proprietários a necessidade de controle e repressão aos trabalhadores, taxados de ociosos e vagabundos. A questão não é uma ausência quantitativa de braços para a lavoura. É antes de tudo uma questão política de transformação desses trabalhadores em mão-de-obra adequada para a exploração da terra” (LANNA, 1988, p. 90).

De modo geral, as diversas regiões do país onde o imigrante europeu não foi utilizado como trabalhador rural pelas grandes propriedades optaram, com variações locais, por organizar a transição do escravismo para o trabalho livre com a utilização do trabalhador nacional nas suas diversas modalidades – escravo, liberto, população livre. A população local, portanto, foi utilizada em todo o Brasil durante a transição para o trabalho livre. No Nordeste, por exemplo, ao contrário do que ocorreu no Sudeste, nas regiões açucareiras o aumento da procura por trabalhadores livres não provocou a vinda de imigrantes; foram contratados escravos e outros elementos da população rural livre local. Muitos libertos permaneceram em suas antigas fazendas por não terem opção alternativa visto que o açúcar ainda era a principal produção da região. Muitos destes homens, certamente, não se empregaram em fazendas, mas, assim como nas demais regiões do país, muitos elementos da população livre não tiveram outra opção senão a de se oferecerem enquanto mão-de-obra para os grandes fazendeiros.

Libertos e demais homens livres empregavam-se como moradores parceiros ou assalariados. A situação enquanto morador não era nada agradável, a vida era extremamente instável – vivia-se de favor em terras alheias – e a “submissão” ao dono da terra devia ser total. Os assalariados aproveitavam a oferta de empregos que ocorria em alguns períodos do ano nas fazendas açucareiras em diversas atividades, mas principalmente durante a safra. Para os fazendeiros o trabalho livre significou a oportunidade de transferir as perdas com a produção de açúcar para a força de trabalho; isto foi feito através de salários reduzidos e péssimas condições de vida e de trabalho. Os trabalhadores não tiveram condições de resistir a esta exploração, pois apesar de possuírem agora maior controle sobre sua própria força de trabalho, em algum momento eram obrigados a cedê-la já que a mão-de-obra abundante deixava-lhes poucas opções de emprego; sendo assim, tais homens sujeitavam-se às piores exigências. Como ressalta Evaldo C. de Mello (1984, p. 24), ao menos no norte do país “a abolição representou um problema financeiro, político e emocional, mas não um problema de mão-de-obra”, pois esta havia em abundância. Além disso, a preferência por trabalhadores

livres se devia também ao melhor treinamento que se podia dar aos mesmos, possibilitando o avanço das maquinarias; já o escravo não podia ter acesso a essas máquinas, pois uma das expressões da sua revolta era justamente sabotá-las. Desta forma, já em 1872 o número de trabalhadores livres superava o de trabalhadores cativos em quase toda região nordestina.

### **A pluralidade dos interesses agrários e os limites do Estado imperial**

A construção do Estado e a constituição das classes dirigentes no Brasil, como processos complementares, visavam preservar as características da sociedade herdadas do período colonial, sobretudo os monopólios da mão-de-obra e da terra. No entanto, em 1850, essa forma pela qual se constituiu a sociedade é ameaçada pelo fim da instituição sobre a qual se sustentava: a escravidão. É somente a partir de 1870, quando os interesses das classes dirigentes se diversificam, principalmente em razão da organização da transição do trabalho com diferentes conteúdos regionais, que o Estado imperial mostra-se incapaz de atender a todas as demandas locais e, de certo modo, demonstra os primeiros sinais de sua falência.

O *timing* da emancipação, a forma e o preparo da transição para o trabalho livre, encontravam demandas regionais diferenciadas e divergentes: a imigração em São Paulo, os engenhos centrais no Nordeste, as ferrovias em toda a parte. A partir do momento em que se rompia o que consenso básico que sustentara o Império, o Estado como biombo externo para a manutenção da escravidão e garante interno de tráfico interprovincial, não era mais possível pensar políticas capazes de satisfazer interesses que se tornavam cada vez mais diferenciados (COSTA, 1998, p. 143).

O convívio e complementaridade entre Império e elites agrárias começa a mostrar os germens de sua dissolução. Aliada à diversificação dos interesses regionais deve-se destacar, para compreender-se a impossibilidade governamental em satisfazer às elites locais, a crise fiscal do Estado ao final do século passado: crise agravada pelos custos da Guerra do Paraguai (1865-1870). A intensificação dos pedidos por verbas feitos ao governo como forma de solucionar a crise de mão-de-obra, assim como a crise da agricultura de modo geral, coincidiu, portanto, com o momento de estreitamento das contas públicas devido às dívidas interna e externa crescentes.

Quadro 1  
Evolução da dívida fundada do Império e juros por quinquênios (em mil-réis)

| Ano  | Dívida externa | Juros     | Dívida interna | Juros      |
|------|----------------|-----------|----------------|------------|
| 1840 | 44.240.336     | 2.216.336 | 30.282.600     | 1.993.006  |
| 1845 | 59.078.701     | 5.889.196 | 48.529.200     | 2.889.388  |
| 1850 | 53.782.251     | 2.757.620 | 54.312.400     | 4.026.468  |
| 1855 | 52.242.430     | 3.434.951 | 59.615.600     | 3.556.644  |
| 1860 | 45.677.229     | 4.059.526 | 63.191.000     | 3.770.364  |
| 1865 | 69.073.980     | 3.639.917 | 80.376.400     | 4.801.814  |
| 1870 | 156.771.600    | 8.039.556 | 234.312.000    | 14.525.380 |
| 1875 | 132.635.580    | 6.548.942 | 285.592.200    | 17.237.439 |
| 1880 | 177.338.386    | 7.572.426 | 363.569.700    | 23.618.487 |
| 1885 | 199.800.655    | 7.956.456 | 405.640.400    | 23.954.714 |

Fonte: Costa (1988)

O Congresso Agrícola, como vemos, ocorre em momento delicado para o governo federal, quando não pode mais atender a todas as reivindicações regionais, deixando, portanto, os diversos e divergentes interesses locais insatisfeitos com sua atuação. Para as regiões que deixavam de ser atendidas pelo governo – e, de modo geral, todas reclamavam – havia sempre favorecimento do Estado para com algumas províncias do país em detrimento das demais.

**Quadro 2**  
Impostos arrecadados e gastos efetuados pelo governo imperial em algumas das províncias (1885/86)  
(em contos de réis)

| Províncias     | Impostos | %     | Gastos | %     |
|----------------|----------|-------|--------|-------|
| Corte          | 66.730   | 52.77 | 82.476 | 66.22 |
| Bahia          | 10.995   | 8.96  | 6.817  | 5.47  |
| Pernambuco     | 10.104   | 7.99  | 7.941  | 6.37  |
| São Paulo      | 9.654    | 7.63  | 2.789  | 2.23  |
| Pará           | 9.021    | 7.13  | 2.420  | 1.94  |
| Maranhão       | 2.224    | 1.77  | 1.674  | 1.34  |
| Minas Gerais   | 1.821    | 1.44  | 2.021  | 1.62  |
| Ceará          | 1.744    | 1.37  | 1.644  | 1.32  |
| Rio de Janeiro | 1.314    | 1.03  | 488    | 0.39  |
| Paraná         | 554      | 0.43  | 879    | 0.70  |
| Espírito Santo | 306      | 0.24  | 467    | 0.37  |

Fonte: Costa (1998)

A tabela acima demonstra claramente não haver favorecimento do Estado em benefício de uma ou outra província: a maior parte delas, na verdade, contribuía com valores superiores aos recebidos depois por meio de gastos do governo imperial. Outro fato que se destaca são os valores arrecadados; como pode-se observar a maior contribuição (52,77 %) vinha da própria côrte, sendo que também nela eram efetuados os maiores gastos (66,22 %). Os maiores valores arrecadados pela côrte se explicam pelo fato de que, durante todo o Segundo Reinado, a maior fonte de renda do Estado era os impostos sobre importação: o Rio de Janeiro e as províncias próximas a ele eram, sem dúvida, os maiores importadores do país. Por outro lado, para explicar tal fluxo de capitais para a côrte, deve-se saber que de lá, e para lá, partiam os capitais necessários ao pagamento da dívida brasileira.

O peso da dívida pública interna e externa funciona como uma formidável bomba de sucção que o serviço da dívida faz operar em direção à côrte e, de lá, para Londres e para a praça bancária do Rio de Janeiro. É a peça que falta para dar sentido ao ‘diálogo de surdos’ das disputas provinciais em torno da distribuição de recursos entre o centro e as economias regionais (COSTA, 1998, p. 147).

Em 1878, ano de realização do Congresso Agrícola, o Brasil encontrava-se em momento conturbado quanto às suas instituições políticas, à economia, à transição do trabalho, etc. Vastos setores agrícolas do país enfrentavam período de graves perturbações: a mão-de-obra estava ameaçada, havia crise de capitais e financiamentos do Estado, os

produtos nacionais enfrentavam árdua concorrência de similares de outros países com qualidade e preços superiores devido ao atraso técnico do cultivo e da produção brasileira, enfim, a lavoura do país – com exceção das regiões mais dinâmicas da cafeicultura – estava em crise. O Estado imperial dava sinais de sua ruína, o trabalho escravo estava próximo de ser abolido: reorganizavam-se as estruturas política, econômica e social do país. É neste contexto de profundas transformações que se deve procurar compreender o conteúdo dos discursos e textos apresentados no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro; tomando-os como expressão do pensamento das classes dirigentes quanto aos rumos do país. No momento, representantes dessas classes procuravam soluções para manter as condições de seu poder político e econômico, conduzindo as mudanças com o mínimo de “perturbações” para sua situação.

### **Os debates no Congresso Agrícola**

O exame dos textos e discursos apresentados no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro revela uma peculiaridade, qual seja, a grande diversidade de interesses. Ao convocar fazendeiros e representantes das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, o governo imperial colocou lado a lado dois tipos de interesses, os quais, quando não conflitantes, eram descompassados.

Em outras palavras, as aspirações dos participantes da reunião representavam, muitas vezes, momentos distintos da economia brasileira. Deste modo, as demandas da cafeicultura paulista, representando o centro mais dinâmico da economia do país, em muitos instantes divergiram daquelas das demais regiões do Brasil, pois representam momento posterior de desenvolvimento econômico. Com efeito, pela própria diversidade de interesses presentes na reunião carioca, devido às condições locais distintas para cada região presente, torna-se difícil definirem-se pontos comuns entre a generalidade dos participantes.

Os debates da reunião, portanto, foram marcados pela presença de dois tipos de agricultura. Por um lado, uma lavoura em crise de capitais, como no caso de Minas Gerais, e avistando possível crise de mão-de-obra devido à inevitabilidade da abolição: preocupada primeiramente em obter benefícios financeiros do governo e garantir, de todos os modos possíveis, seu poder político e social sobre os trabalhadores rurais. Por outro, uma lavoura em pleno desenvolvimento econômico, para a qual os capitais existiam em relativa abundância, mas que ainda assim se via ameaçada pela crise financeira do Estado; lavoura cuja maior preocupação era garantir trabalhadores em número suficiente para suprir sua crescente

demanda de mão-de-obra, a qual não poderia ser atendida pelas soluções nacionais tão convenientes às demais regiões do país.

Como já foi observado, a interrupção do tráfico internacional em 1850, assim como as demais leis abolicionistas, decretou o fim da escravidão e da forma de organização do trabalho no país em futuro bem próximo. Colocou-se para os agricultores e para o Estado a necessidade de organizar o trabalho livre; as propostas e soluções neste sentido foram diversas e representavam as possibilidades locais de promover tal transição. Deste modo, o trabalho livre foi organizado de diferentes modos nas diferentes regiões: por vezes foi utilizado o imigrante, por outros, o trabalhador nacional (escravo, liberto, ingênuo ou população livre pobre).

Grande parte dos participantes mineiros, assim como dos demais presentes no Congresso não concordava com a existência de trabalhadores livres em número suficiente ou na utilização futura de ingênuos e libertos como solução. Muitos acreditavam em acréscimo da mão-de-obra como maior necessidade da lavoura; outros, ao contrário, centravam-se em modos de coagir o trabalhador livre ao serviço agrícola como solução eficiente.

### **Imigração estrangeira: interesses diversos, pluralidade de soluções**

De modo geral, os participantes da reunião favoráveis à utilização ou introdução estrangeiros – europeus ou asiáticos – foram também os mesmos a alegar a insuficiência de mão-de-obra no país. Contudo, nem todos a solicitar a imigração europeia viam nela apenas fonte de trabalhadores, muitos enxergavam no europeu o elemento civilizador do país através de seus hábitos de trabalho, costumes, habilidades e técnicas civilizadas. Havia consenso sobre o trabalhador europeu como o melhor para a nação, embora o mesmo não se adaptasse às condições de todas as províncias.

Dentro deste quadro, os debates em torno da imigração e/ou colonização estrangeira são exemplares para ilustrar as divergências conviventes no Congresso. As propostas quanto à imigração europeia ou asiática iam do apoio ao repúdio, passando pelas soluções intermediárias onde aprovação e condenação conviviam; isto se aplicando também aos representantes de Minas.

### **O imigrante europeu**

Em relação à imigração e colonização europeia os participantes do Congresso, com raras exceções, não solicitavam nenhuma atuação ou auxílio direto do governo, como,



por exemplo, financiamento estatal para a importação de estrangeiros<sup>3</sup>. Todos pediram que o Estado evitasse colocar barreiras ao imigrante europeu e, também, procurasse facilitar ao máximo sua adaptação e permanência no país; neste sentido, muitos propuseram a naturalização do estrangeiro sem restrição de seus efeitos civis e políticos, sendo necessário também liberdade de culto e casamento civil facultativo. Sem semelhante concessão de direitos ao imigrante, muitos tomavam a colonização como impraticável. Os fazendeiros mineiros preferiam, no geral, a imigração espontânea ou promovida com recursos dos particulares.

Como se vê, dentre os favoráveis à vinda de colonos europeus estavam os que viam neles não somente braços para a lavoura, mas também o gérmen para o aperfeiçoamento do trabalho e manipulação dos produtos agrícolas. Não bastava o trabalhador, era preciso o homem para formar a nação; era necessária imigração espontânea de população inteligente com gosto pelo trabalho.

Não se pode esquecer também, ao tratar-se da imigração européia, das palavras do Sr João L. V. Casansão de Sinimbú, no momento Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em seu discurso de inauguração do Congresso, no qual fez alerta quanto ao colono europeu lembrando dos problemas já tidos com o mesmo: elevação do salário, tendência a constituir-se em proprietário, repugnância em aplicar-se ao cultivo de gêneros ditos coloniais, etc.

### **Imigração asiática: solução temporária**

A imigração asiática foi dos temas mais polêmicos dentre todos os debatidos no Congresso do Rio. Os simpáticos e os contrários a ela equivaliam-se em número durante as discussões. O debate, no entanto, não foi tão simples: por um lado, não são todos os contrários à introdução de asiáticos que procuravam impedi-la, por outro, muitos dos favoráveis não entendiam-na como solução definitiva, sendo esta última a percepção da maioria dos representantes de Minas Gerais.

Os críticos dos chineses e indianos se valeram, geralmente, da questão das raças, isto é, mostraram os povos asiáticos como imorais, de raça inferior, corruptos e depravados por natureza e educação. Tais povos degenerados eram, além de tudo, perigosos, pois carregavam e espalhavam seus vícios por todo o mundo. A lavoura, diziam os contrários a

---

<sup>3</sup> Pode parecer estranho não existirem pedidos pelo subsídio oficial à imigração, principalmente quando sabemos como a mesma funcionaria por este sistema a partir de 1884. Neste momento, porém, tal solução ainda não era vislumbrada.

esta colonização, precisava de trabalhadores inteligentes, diligentes e de bons costumes, portanto, excluía-se, em sua opinião, os asiáticos e também africanos.

Como forma de combater tal imigração, o mineiro Christiano Ottoni, além de discordar quanto à barateza dos salários, lembrou o caso de Cuba onde a porcentagem de criminalidade era, segundo sua opinião, maior entre os chineses, ou, então, a Austrália onde fora estabelecido imposto proibitivo da entrada de tais trabalhadores; para o Sr Ottoni, ao solicitarem os trabalhadores chineses os fazendeiros estavam, em verdade, pedindo por segunda edição da escravidão.

Os representantes de lavradores de Juiz de Fora e Paraíba do Sul consideravam os *coolies* homens em condição semelhante ao *barbarismo africano*, sendo sua utilização possível apenas em pequenas colônias bem policiadas, algo impraticável no Brasil.

### **Trabalhadores nacionais e ingênuos: uma alternativa à imigração estrangeira**

A escassez ou abundância de trabalhadores para o trabalho agrícola era também ponto controverso nos debates do Congresso. A abundância de braços era atestada quase unanimemente e se buscavam apenas formas de aumentar o poder de coação extra-econômica dos agricultores sobre os trabalhadores rurais, bem como maneiras de obrigar o homem pobre do campo ao trabalho. Neste sentido pensavam quase todos os representantes mineiros, os quais acreditavam existirem braços em número suficiente no país, havendo muitos escravos para comprar e homens livres não aproveitados, bastando apenas formas mais efetivas de coagi-los ao trabalho.

Entre os que acreditavam na abundância de braços, portanto, boa parte pedia por leis obrigando ociosos ao trabalho e reforçando o domínio dos agricultores. Para eles, a necessidade de leis coercitivas e instrução agrícola não era meramente um reforço ao poder do agricultor, mas ponto fundamental para o funcionamento dos estabelecimentos agrícolas, os quais encontravam-se em crise de mão-de-obra. Destaca-se a posição do Sr Christiano Ottoni, contrário a medidas coercitivas obrigando ao trabalho.

### **A opção do trabalhador nacional**

Os homens livres “desocupados e ociosos” dispersos pelo país eram tidos por muitos como solução adequada e possível para a transição ao trabalho livre, os “naturais do país” eram até mesmo considerados o melhor tipo de trabalhador que havia. Existiriam em número suficiente e estariam à disposição da agricultura, com alguns dos lavradores propondo

uma boa remuneração para estimulá-los e outros, como sabe-se, “boas leis” para torná-los úteis.

A preferência pela população nacional para trabalhadores rurais superava, muitas vezes, a opção por imigrantes europeus, pois a mesma já estaria aclimatada ao território e aos costumes do país. Por outro lado o trabalhador nacional era visto como mais apto que o estrangeiro por conhecer melhor as matas do país. Os preconceitos contra o trabalhador nacional, porém, não só existiam como faziam com que fosse descartado como opção de trabalho permanente, pois o mesmo seria indolente e refratário ao esforço físico, não se prestando ao serviço agrícola.

### **Ingênuos e o trabalho agrícola**

Assim como em outros temas diversos, a possibilidade de utilização dos ingênuos no trabalho agrícola, como também suas aptidões para o mesmo, era ponto de distintas opiniões. Muitos não viam nos mesmos fonte permanente de mão-de-obra, pois acreditavam que não permaneceriam ou trabalhariam em locais e em condições onde haveria recordação de sua antiga situação de sujeição; buscariam preferivelmente por trabalhos leves ou então viver por conta própria sem oferecer seu serviço.

Outros elementos foram destacados para desaprovar a idéia do trabalho dos ingênuos como solução para a lavoura: não existiriam em número suficiente para suprir as necessidades da agricultura; herdariam a indolência dos escravos; correriam atrás da liberdade à primeira oportunidade; forneceria mão-de-obra apenas enquanto não recebessem propostas de melhores salários de outras indústrias; o tipo de educação licenciosa recebida de seus pais seria enorme impedimento ao bom serviço; etc. Alguns lavradores viam neles apenas solução transitória para possível falta de braços.

Todos os que viam no ingênuo possíveis trabalhadores rurais destacavam, também, a necessidade de fornecer-lhes educação agrícola ou, então, forçá-los ao trabalho. Desse modo, ou era proposta a criação de algum tipo de escola ou colônia onde os mesmos recebessem educação para tornarem-se trabalhadores agrícolas, ou era proposto que desde a infância fossem obrigados ao trabalho, estando acostumados com ele ao completarem 21 anos. Muitos lavradores chegaram a conciliar os dois métodos, isto é, associaram meios de educação e leis coercitivas.

### **Leis de coerção**

A ausência de “preceitos legais” para impelir o trabalhador nacional ao trabalho, colocando os desocupados à disposição da agricultura, era tida como a principal causa da escassez de mão-de-obra para a lavoura; isto é, ao menos para os que acreditavam em tal escassez e, além disso, não viam no trabalhador estrangeiro, europeu ou asiático, a solução.

Deste modo, foram muitas as solicitações dos representantes de Minas Gerais ao governo no sentido de facilitar o aproveitamento do nacional, ou seja, por formas de coagir a população livre a colocar-se à disposição dos grandes proprietários rurais, reforçando o poder de coação extra-econômica dos mesmos e sujeitando ainda mais os homens livres aos seus desmandos. Tomavam a ociosidade como crime e, como tal, devia ser combatida e reprimida. Houve mesmo pedidos de lei obrigando os trabalhadores rurais a terem residência fixa. Dentre os textos e discursos onde se debatia a questão de leis de repressão ao ócio e obrigatoriedade do trabalho, havia alguns muito representativos da contradição que permeia o pensamento político-social brasileiro durante o século XIX, no qual convivem liberalismo e escravidão – no caso, leis coercitivas. O Sr Domingos Jaguaripe Filho foi exemplo disto e defendeu o aproveitamento dos nacionais “isentando-os do serviço militar e arregimentando-os em uma milícia agrícola *sem pressão sobre o pobre*, mas com a obrigatoriedade do serviço agrícola nos sítios e zonas onde morarem (grifos meus)” (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988, p. 160).

Além dos meios diretos de repressão, há que destacar, também, outros indiretos garantindo isenções e vantagens aos trabalhadores como, por exemplo, a dispensa do serviço militar para todo aquele que apresentasse contrato de locação de serviço. Para alguns participantes do Congresso como Christiano Ottoni, portanto, era necessário obrigar os homens livres ao trabalho, mas, em sua opinião, sem o emprego de violência.

### **Instrução agrícola: formação de trabalhadores**

Durante os debates do evento a instrução agrícola, associada muitas vezes às leis coercitivas, era compreendida como essencial para tornar possível a utilização do elemento nacional no serviço agrícola. Os ingênuos e demais homens livres deveriam ser “recuperados” para uma vida digna, uma vida de trabalho, por meio da educação.

Como maneira de educar a população pobre e ingênuos, a proposta mais comum era a instituição do ensino primário obrigatório, pelo qual lecionar-se-ia basicamente os elementos de educação agrícola e, de preferência, em escolas fazendas onde as crianças poderiam praticar. O ensino seria principalmente profissional, prático e não teórico, pois dever-se-ia produzir homens de vida prática e não sábios. A educação dos adultos e índios,

estes através da catequese, também foi lembrada como meio de prover a lavoura de milhares de trabalhadores úteis.

Dentre os lavradores de Minas Gerais, e do sudeste de modo geral, reforçava-se a questão da educação como formadora de homens conhecedores da ciência agrícola e, também, como fonte para desenvolvimento e divulgação do conhecimento técnico e científico da agricultura.

Várias eram as propostas de criação de escolas ou institutos para a formação de profissionais, para as quais seriam enviados os filhos dos agricultores e onde esses aprenderiam a lidar com a terra de modo melhor do que seus pais. Também se propôs a organização de fazendas modelo onde os lavradores poderiam observar e adquirir os conhecimentos necessários à prática agrícola.

Vários participantes viam na escolha certa dos imigrantes papel fundamental para o desenvolvimento da ciência agrícola no país. Para ele, os imigrantes anglo-saxônicos e da Europa Central eram os únicos capazes de ensinar à grande lavoura a educação agrícola, a economia, a ciência e a persistência; com seus núcleos coloniais bem localizados e em terras férteis, tais homens formariam verdadeiras escolas para nossos lavradores, os quais aprenderiam a ciência agrícola do arado, da estrumação, da poda e da criação.

O ensino agrícola sempre possuiu papel fundamental nos planos das elites dirigentes brasileiras para a modernização do país. Estava presente na generalidade dos projetos reformistas, nos quais apenas a educação poderia modificar a atitude da população pobre em relação ao serviço agrícola.

Combinada a uma vigilante política de imigração que vedasse a entrada de raças degeneradas, os aprendizados e as escolas práticas de agricultura seriam concebidos como instituições públicas, privadas ou mistas, voltadas para a formação educacional e instrução profissional da nova mão-de-obra que deveria substituir o braço escravo. Seria preciso conferir aos libertos e aos demais pobres, nacionais e estrangeiros, não apenas as habilidades técnicas indispensáveis ao melhoramento dos cultivos, mas, inculcar-lhes o dever e o amor ao trabalho, atributos morais indispensáveis e sem os quais permaneceriam alcunhados como subumanos (LOURENÇO, 1998, p. 180-1).

Entre os reformistas defensores do ensino agrícola, grande parcela acreditava que o mesmo só surtiria efeito – produzindo homens educados ao trabalho – caso disseminado já entre as crianças.

Podeis-vos convencer do que digo observando o ocioso, o inerte. Contemple esse ser inútil: ele assemelha-se à árvore silvestre rompendo o solo em sua elevação impetuosa, e desenvolvendo com excesso a sua vegetação. Se este rápido crescimento não for acompanhado dos cuidados do horticultor (que deve ser a mãe de família), se o podão e a enxertadeira (o exemplar e a explicação) não fazem o seu ofício, a árvore tornar-se-á sem dúvida grande e forte, cobrindo com sua extensa folhagem o terreno; mas, sobre seus

inúteis ramos não se verá brilhar fruto algum; e por conseguinte, do mesmo modo que o jardineiro entregará sem pesar esta massa ao machado do lenhador, assim a sociedade rejeitará sem piedade o preguiçoso. O trabalho afasta de nós três grandes males: o tédio, o vício e a miséria; é o porto, o abrigo do náufrago. (...). o ocioso, estando em um constante estado de repouso, não conhece as doçuras do descanso, enquanto que os minutos de sossego são cheios de delícias para aquele que trabalha. Impelir crianças ao trabalho, é, disse Voltaire, fazer delas homens honestos<sup>4</sup>.

### **Facilidades para a obtenção de capitais**

A possibilidade de obtenção de capitais e os meios de prover a lavoura dos mesmos foram, logo após a questão da imigração, os temas mais presentes nos textos e discursos do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. O crédito agrícola era visto ou como a maior necessidade da lavoura, com o qual tudo mais se resolveria, inclusive a questão da mão-de-obra, ou como a segunda maior necessidade logo após, é claro, do aumento no número de braços. Em geral, a solicitação se resumia, assim como seria feito no Recife, a empréstimos a juros módicos e longos prazos de amortização.

Não havia, entre os presentes, consenso sobre a existência ou não de capitais no país: alguns acreditavam não existir volume de capital suficiente no país para empréstimos à lavoura, enquanto outros constatavam a existência de capitais, estes, no entanto, não estando à disposição da lavoura. A emissão de papel-moeda colocando no mercado volume maior de dinheiro solucionaria o problema para o primeiro grupo. Vários motivos foram levantados pelo segundo grupo justificando a fuga dos capitais de investimentos na agricultura: a) a concorrência de títulos e apólices do governo; b) a ausência de estabelecimentos de crédito agrícola; c) a aplicação dos capitais na indústria e no comércio, onde eram maiores as garantias e os rendimentos; d) a situação precária das propriedades rurais como obstáculo ao crédito; e) o escravo como base do crédito; etc.

A proposta de juros baixos como solução era vista, na verdade, como obstáculo por alguns fazendeiros. O Sr José F. Moreira, por exemplo, mesmo sabendo cair em desgraça com seus companheiros, criticou a baixa dos juros quando a lavoura mais precisava de capital; para ele, baixa de juros e capital se contradizem, se a lavoura realmente precisava de dinheiro devia pagar os juros necessários para atrair os investidores. O Sr José C. de M. M. de Barros, por outro lado, via nas solicitações de seus companheiros medida perigosa, pois possibilitaria o abuso do crédito:

---

<sup>4</sup> O trabalho e a escola. **Jornal do Agricultor**, ano IV, nº 90, 19 de março de 1881, p 181, citado por Lourenço (1998), p. 182-3.

A maior parte dos lavradores, no entanto, não apenas solicitou juros baixos como atribuiu às altas taxas do momento à ausência de capitais para a agricultura. O Sr João B. Brasiel criticou duramente os discursos nos quais afirmava-se que a lavoura podia suportar juros de 8 a 12 % ao ano; segundo ele, somente a grande lavoura, já possuidora de capitais e braços, poderia suportar tais taxas. Mesmo os que se diziam sintonizados com os princípios liberais e contra qualquer intervenção do Estado na economia, caso da comissão paulista, se mostravam favoráveis à atuação do mesmo no sentido de baixar os juros e favorecer a indústria e a lavoura.

### **Considerações finais**

Os meios para se reorganizar o trabalho, com a transição do escravismo para o regime de trabalho livre, foram os temas mais presentes durante os debates no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. A discussão girava em torno de vários aspectos: qual elemento – liberto, homens livres dispersos pelo país, europeu ou asiático – forneceria o melhor trabalhador para a lavoura e para a nação brasileira; qual, dentre eles, seria o mais adequado ao tipo de esforço exigido pelo manejo agrícola praticado no país ou em suas várias regiões; o desenvolvimento técnico da agricultura, e da produção em geral, seria mais beneficiado em qual situação; como tornar possível a utilização dos homens nacionais livres e libertos enquanto trabalhadores livres; o ensino como meio de educar a população livre para o trabalho; etc. Por trás das diversas propostas para tal transição encontrava-se não apenas visão sobre o destino da lavoura, mas do próprio país; na escolha certa do trabalhador livre encontrava-se o caminho para a formação de uma nação brasileira civilizada. Por outro lado, nas formas de organização do trabalho livre encontrava-se o futuro dos grandes proprietários agrícolas; do “bom encaminhamento” da questão dependia a manutenção de sua situação de classe dirigente política e economicamente.

O evento carioca, entretanto, concentrou em suas reuniões interesses díspares da lavoura brasileira. Dessa forma, a discussão sobre a mão-de-obra não se caracterizou como questão unânime entre os participantes: muitos discordaram quanto à necessidade de introdução de imigrantes estrangeiros, ao menos quando realizada com dinheiro público. Para os participantes de Minas Gerais, assim como para grande parcela dos congressistas, representantes de regiões onde a transição para o trabalho livre estava sendo feita com os elementos locais, o importante era garantir a disponibilidade dos homens livres para o trabalho na lavoura, fosse através de leis coercitivas ou da educação.

Para os fazendeiros distantes do foco mais dinâmico da economia brasileira o importante, na verdade, era conseguir do governo capitais nas quantias necessárias que lhes permitissem driblar a condição decadente de suas plantações, mantendo, porém, sua condição política e econômica. Deste modo, grande parte dos debates girava em torno de como fornecer à lavoura os capitais de que necessitava, contudo, não para uma modificação da organização produtiva que levasse ao estabelecimento de novas relações de trabalho com mudança na situação da população rural, mas para alterações que conduzissem à modernização da agricultura com o intuito de simplesmente garantir o lucro dos proprietários rurais. Devido a este tipo de atitude, métodos modernos de cultivo conviveram, e ainda convivem hoje em dia, com formas de trabalho tradicionais e compulsório, “processos e artefatos modernos convivem com a violência, o favor e o clientelismo renovados. A modernização da agricultura não trouxe consigo a desbarbarização do campo” (LOURENÇO, 1998, p. 3).

### **Bibliografia**

- CONGRESSO Agrícola.** Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. “Introdução” de José Murilo de Carvalho. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1988.
- COSTA, W. P.** A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 10, p 140-157, jun. 1998.
- FERNANDES, F.** **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.
- FURTADO, C.** **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- LAMOUNIER, M. L.** **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879.** Campinas: Papirus, 1988.
- LANNA, A. L.** **A transformação do Trabalho.** Campinas: Unicamp, 1988.
- LOURENÇO, F. A.** **Agricultura ilustrada: idéias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX.** Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Unicamp.
- MATTOS, I. R. de.** **O tempo saquarema.** São Paulo: Hucitec, 1987.
- MELLO, E. C. de.** **O Norte agrário e o Império.** Rio de Janeiro / Distrito Federal: Nova Fronteira/INL, 1984.
- NEDER, G.** **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- NOVAIS, F. A.** **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1979.
- PRADO JÚNIOR, C.** **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SCHWARZ, R.** **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- SILVA, L. O.** **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850.** Campinas: Unicamp, 1996.



**SIMÃO, A. L. Congressos Agrícolas de 1878: um retrato do reformismo ao final do século XIX.** Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

\_\_\_\_\_. **Terra e trabalho: um debate no Congresso Agrícola do Recife.** Campinas, 1998. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.